

PRECARIEDADE E DESEMPREGO EM PORTUGAL QUE SAÍDAS?

MARIANA AIVECA | DEPUTADA DO BLOCO DE ESQUERDA

PRECARIEDADE

A situação do trabalho precário em Portugal revela-nos números chocantes e, pior que eles é, a realidade das vidas precárias que nos devem convocar para uma reflexão séria sobre este problema. De acordo com os dados oficiais, cerca de metade dos jovens portugueses até aos 25 anos não tem contrato de trabalho, enquanto no caso das mulheres são mais de 52,1% as que trabalham sem vínculo. O número de contratados a prazo duplicou na última década, representando já 21,5% da população empregada por conta de outrém, a maior taxa depois da Espanha e da Polónia.

Calcula-se que dos 900 mil trabalhadores por conta própria, uma parte significativa sejam falsos recibos verdes. A precariedade laboral atinge assim mais de um milhão e quinhentas mil pessoas.

A precariedade laboral está, na minha opinião, intrinsecamente ligada às políticas do trabalho do novo capitalismo. Esta é uma nova forma de exploração bem mais corrosiva e profunda porque está envolta numa propaganda que na maior parte das vezes é aceite pelos próprios sujeitos envolvidos.

“Não há emprego para toda a vida!” – é a afirmação recorrente, complementada com os argumentos de que o que é moderno e actual é ter capacidade de adaptação, ter conhecimentos e especialização em muitas áreas, porque isso permite não só a valorização individual, como aumenta a capacidade reprodutora das “nossas empresas”.

Ora é exactamente esta distorção ideológica que se sustenta e sobrevive na fragilidade social em que se encontram hoje largos contingentes de pessoas, que está no centro das dificuldades da luta que se impõe contra este flagelo social.

E se é verdade que tais argumentos apenas pretendem esconder os objectivos do capital para maximizar o lucro das “suas empresas” oferecendo isso sim “a precariedade da vida toda”, também é uma constatação que os próprios precários não têm, a maior parte das vezes, a consciência de o ser. Essa é uma batalha que aqui à esquerda também temos a responsabilidade de ajudar a ganhar.

A precariedade atinge trabalhadores de todas as idades, profissões e habilitações. No entanto, continua a haver camadas específicas particularmente afectadas por esta realidade. É nos jovens e nas mulheres que a precariedade laboral mais se faz sentir. O trabalho precário passou nos últimos anos a fazer parte do quotidiano de milhares de jovens que recebem misérias a trabalhar nos grandes escritórios, para empresas de empreiteiras e subcontratação, nas caixas dos hipermercados, nos inúmeros serviços que completam a produção e asseguram a circulação de bens e serviços, na saúde e na educação que sustenta melhores condições para a reprodução da força de trabalho, e cada vez mais – na função pública.

Precariedade laboral é a situação que espera por milhares de jovens que saem das universidades e que pela primeira vez na história têm mais escolaridade do que

os pais, mas são mais precários e ganham menos do que eles. A este respeito vale a pena lembrar Richard Sennett e o seu livro “*A corrosão do carácter*”, onde tão bem é retratada a história da geração precária. Por outro lado, a diminuição dos contratos permanentes segue a par do aumento do trabalho precário de todas as formas e feitios, em que os patrões apostam arrastar na maré todas e todos os que ainda têm algumas defesas contratuais do seu lado.

O que se exigia daqueles que em campanha eleitoral prometeram “Tornar o trabalho um factor de cidadania” e criar “150 mil novos postos de trabalho” eram medidas claras de combate à precariedade e promoção do emprego. Ao invés, o que o actual governo conseguiu fazer foi aprovar um código do trabalho que não só seguiu a linha do código Bagão Félix como aprofundou a natureza do seu retrocesso civilizacional, como já hoje aqui foi demonstrado pelo professor Jorge Leite.

Hoje continuamos a exigir que o governo dê um sinal contra esta barbárie, começando na sua própria casa, através de medidas claras que limitem os contratos a termo ao máximo de um ano, que garantam que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato permanente; que dê meios para a fiscalização apertada e a severa penalização de quem usa e abusa do trabalho precário, particularmente dos falsos recibos verdes. São exigências que contribuem para o avanço nos direitos laborais constitucionalmente previstos e que fazem parte da defesa da dignidade do trabalho em contraponto com

a chantagem da ausência de direitos, que mais não é que a chantagem da repressão social.

É uma luta que estamos dispostos a integrar, certos de que fará o seu caminho. O papel do movimento sindical e dos movimentos de precários são determinantes nesta luta para a qual se abrem todos os dias novos horizontes.

DESEMPREGO E PROTECÇÃO SOCIAL NO DESEMPREGO

Se esta é a situação da precariedade, quando falamos no desemprego a situação não é melhor. Quase quatro anos passados de governação PS, Portugal pode muito rapidamente chegar a uma taxa de desemprego que ultrapassará os 10% da sua população activa.

Os mais recentes dados apontam uma taxa de desemprego de 8,2%, sendo que deles não fazem parte o trabalho a tempo parcial, os inactivos disponíveis e os desempregados que frequentam acções de formação. O que se prevê para 2009 é de facto o agravamento da situação do desemprego, porque os despedimentos colectivos vão aumentar, mais empresas vão encerrar ou decretar lay-off, e os empregos entretanto criados foram voláteis, logo são facilmente destruídos.

Se em 2003 o agora Primeiro-ministro, quando estava na oposição, dizia que uma taxa de desemprego de 7,1% era a marca de uma governação falhada, que dizer da actual situação? Sócrates não fez melhor que os governos de direita.

O governo já começou a desculpar-se com a crise financeira internacional, mas tais desculpas escondem a incapacidade de incentivar e investir na criação de emprego. Quero aqui dar particular destaque à protecção

social existente no desemprego, e confrontar as medidas tomadas com a situação actual. Paradoxalmente, é à medida que o desemprego aumenta que a taxa de cobertura da protecção no desemprego diminui.

Se compararmos o número de beneficiários de prestações de desemprego com o número de desempregados apurados pelo INE verifica-se que a taxa de cobertura apenas num ano desceu 10 pontos percentuais, tendo passado de 53,6% em 2006 para 44,1% em 2007. A mesma quebra ocorreu no subsídio social de desemprego, passando a taxa de cobertura de 70,8% para 60,8%.

Também se verificarmos a execução orçamental nos primeiros meses de 2008, a despesa com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego comparado com o período homólogo anterior, teve uma quebra de 17,5%, tendo em simultâneo havido um crescimento das transferências para o subsídio social de desemprego.

Esta situação decorre das alterações feitas pelo governo em 2006, às regras de atribuição do subsídio de desemprego que dificultou o acesso ao subsídio alargando os prazos de garantia, ao mesmo tempo que encurtou os períodos de concessão na maioria dos casos, prejudicando em especial os mais jovens.

Não podemos aceitar esta situação em que há dinheiro aos milhões para salvar os bancos que jogaram no casino e em *offshores* o dinheiro que não era seu, e ao mesmo tempo dizer aos desempregados que têm que continuar a fazer sacrifícios.

Não podemos aceitar a ideia de que os desempregados se acomodam se receberem subsídios e deixam por isso de procurar emprego, porque essa é a ideia que nos leva à consideração que os desempregados são os culpados da sua própria condição.

Por isso continuaremos a exigir mais protecção para os desempregados e suas famílias porque é quando a situação social é mais frágil que se exige do Estado que proteja as pessoas. Continuaremos a apresentar propostas que melhorem o acesso ao subsídio de desemprego, aumentando o valor de 65% do salário para 70% como acontece em muitos países da Europa, que aumentem o período de concessão e que facilitem o acesso, encurtando os prazos de garantia para dar resposta a quem tem contratos precários.

A luta por melhores condições de vida é também uma condição da democracia e dela não abdicaremos. Um Estado e um Governo que opta por abandonar os mais pobres, os que vivem os dramas de serem expulsos das empresas contra a sua vontade, que ficam sem perspectivas de garantir o sustento, esse Governo fere de morte as concepções da democracia e do socialismo. Inverter esta situação é uma obrigação de todas e todos os que hoje aqui se encontraram.